

**OESTE DA BAHIA: AGRICULTURA GLOBALIZADA,
DESTERRITORIZAÇÃO E MOVIMENTOS POLÍTICOS
EMANCIPATÓRIOS**

Mateus de Almeida Prado Sampaio

orcid.org/0000-0002-5415-4254

Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo

E-mail: sampamateus@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6985

Resumo

Este artigo aborda o processo de transformação sócio-espacial promovido pela expansão da agricultura científica globalizada no MATOPIBA, sobretudo, no Oeste da Bahia, promotor de grandes impactos territoriais, sociais e ambientais. Com a implantação desse modelo de desenvolvimento agropecuário, novas contradições surgem e velhas contradições se acirram no processo ininterrupto de (re)construção do espaço agrário regional. A dinâmica de territorialização e desterritorialização de agentes sociais e de atividades produtivas entra em choque na região estudada, promovendo conflitos e violência. No plano geopolítico, antigos traços regionais são substituídos por novas feições, agenciando movimentos emancipacionistas em escala municipal, estadual e, eventualmente, também no âmbito macrorregional.

Palavras-chave: MATOPIBA; Identidade regional; Emancipação política-administrativa; Agricultura científica globalizada.

**WEST OF BAHIA: GLOBALIZED AGRICULTURE,
DETERRITORIZATION AND EMANCIPATORY
POLITICAL MOVEMENTS**

Abstract

This paper focuses on the process of socio-spatial transformation promoted by the expansion of globalized scientific agriculture in MATOPIBA, especially in western Bahia, which promotes major territorial, social and environmental impacts. With the implementation of this model of agricultural development, new contradictions emerge and old contradictions intensify in the uninterrupted process of (re) construction of the regional agrarian space. The dynamics of territorialization and deterritorialization of social agents and productive activities clash in the studied region, promoting conflicts and violence. At the geopolitical level, old regional features are replaced by new features, managing emancipationist movements at the municipal, state and eventually also at the macroregional level.

Key-words: MATOPIBA; Regional identity; political-administrative emancipation; globalized scientific agriculture.

OESTE DE BAHIA: AGRICULTURA GLOBALIZADA, DESTERRITORIALIZACIÓN Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS EMANCIPADORES

Resumen

Este artículo aborda el proceso de transformación socioespacial promovido por la expansión de la agricultura científica globalizada en MATOPIBA, especialmente en el oeste de Bahía, que promueve importantes impactos territoriales, sociales y ambientales. Con la implementación de este modelo de desarrollo agrícola, surgen nuevas contradicciones y las viejas contradicciones se intensifican en el proceso ininterrumpido de (re) construcción del espacio agrario regional. La dinámica de territorialización y desterritorialización de los agentes sociales y las actividades productivas chocan en la región estudiada, promoviendo conflictos y violencia. A nivel geopolítico, las viejas características regionales se reemplazan por nuevas características, estableciendo movimientos emancipacionistas a nivel municipal, estatal y, eventualmente, macroregional.

Palabras-clave: MATOPIBA; Identidad regional; Emancipación política y administrativa; Agricultura científica globalizada.

Introdução e procedimentos metodológicos

Este artigo se pauta, essencialmente, em três métodos de pesquisa geográfica complementares: a realização de trabalho de campo, a revisão bibliográfica e a busca de dados e informações na rede de internet. O texto aborda aspectos vinculados às preocupações inerentes da “geografia política”, “geografia econômica”, “geografia agrária”, “geografia histórica” e a “geografia regional”, tendo como delimitação territorial uma região em intensa transformação: o MATOPIBA¹ e, mais especificamente, o Oeste da Bahia. Conforme Frederico e Bühler (2015, pp. 207-208),

O Oeste da Bahia se constitui como uma das regiões mais recentes de expansão da fronteira agrícola moderna, isto é, da implantação de uma agricultura intensiva em capital, ciência e tecnologia, praticada em grandes propriedades, em substituição à vegetação original de Cerrado e/ou às práticas agropastoris e de coleta perpetradas por pequenos produtores camponeses.

O artigo tem como objetivo apresentar como ocorreu e ocorre a implantação do modelo de agricultura científica globalizada na referida região. Esta é entendida como um processo de aguda especialização produtiva agrícola, fruto do aprofundamento da divisão

¹ Também referida como MAPITOBA ou BAMAPITO, esta região tem seu nome associado à junção das siglas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Segundo Pereira (2019, pp. 13-14), o Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015 oficializou o MATOPIBA como uma área de “73.173.485 hectares, sendo 23.982.346 hectares (33%) do Maranhão, 27.772.052 hectares (38%) do Tocantins, 8.204.588 hectares (11%) do Piauí e 13.214.499 hectares (18%) da Bahia, abrangendo 337 municípios”.

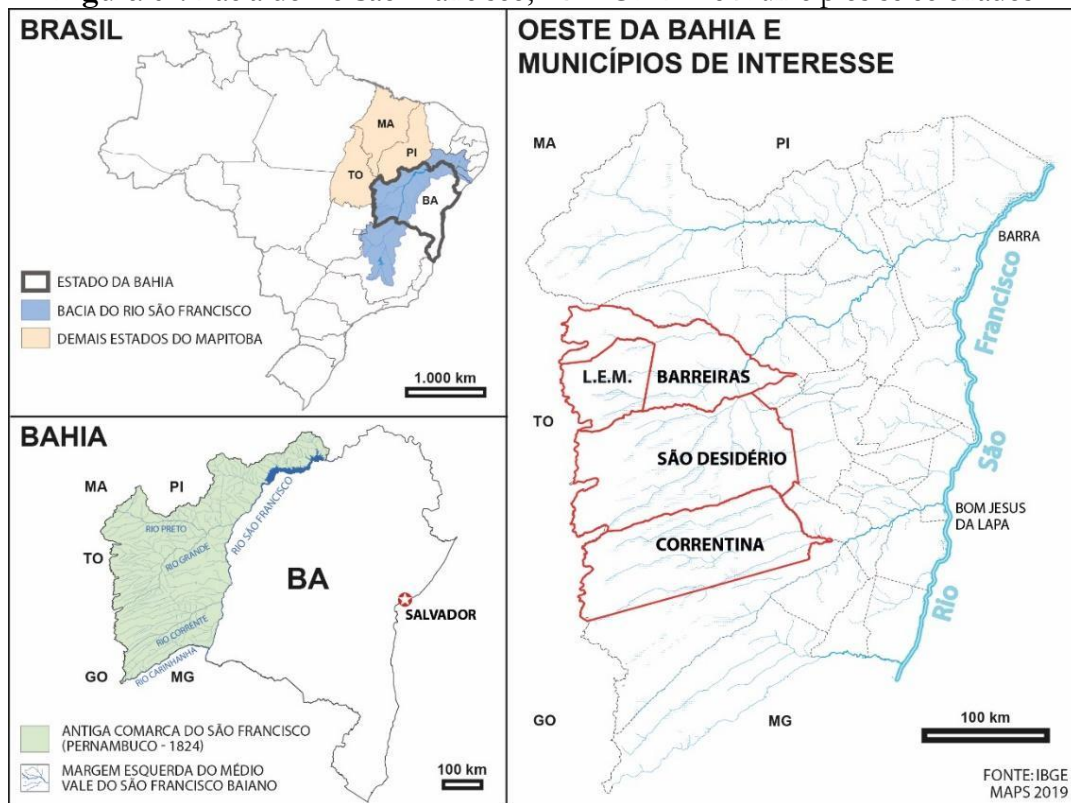
territorial do trabalho em escala internacional e comandado por poderosas corporações e instituições financeiras transnacionais (CASTILLO e FREDERICO, 2010). Gera forte alienação e dependência dos lugares aos movimentos do mercado mundial financeirizado, promovendo profunda vulnerabilidade territorial tanto em seus aspectos ambientais quanto sociais. Tal processo de modernização acirra contradições e conflitualidades entre modelos de desenvolvimento agrário que disputam seus respectivos territórios de maneira intensa e violenta, opondo territorialidades capitalistas e não capitalistas e resultando na intensificação da desterritorialização de comunidades camponesas. Segundo Fernandes (2013, pp. 211-213):

Os imóveis capitalistas e os camponeses produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos [...] duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir, ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses [e] os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capita.

Os territórios são, portanto, constituídos por diferentes sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele e que o disputam. Em meio a esta disputa, pretende-se demonstrar com este trabalho a relevância do controle das esferas públicas e administrativas, via movimentos políticos emancipatórios voltados à criação de novos municípios e unidades federativas, tendo em vista a implantação de um modelo hegemônico de desenvolvimento pautado na expansão e no fortalecimento do agronegócio no MATOPIBA.

A pesquisa pautou-se também na proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica, que considera “três abordagens cartográficas intercomplementares: a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica” (GIRARDI, 2008, p. 65), elaborando-se, portanto, cinco mapas que complementam e reforçam o discurso geográfico exposto. Para apresentar os resultados encontrados, assim como levantar hipóteses e questionamentos, optamos por dividir o texto em três partes enfocando, respectivamente: 1) Formação histórica do campesinato no sertão do Além São Francisco: beiradeiros e geraizeros; 2) A invasão promovida pelo agronegócio globalizado e 3) Os conflitos entre as partes e o surgimento de questões separatistas envolvendo propostas de cisão político-administrativa do(s) território(s). O estudo mesclará apreciações em dois níveis de escala, a local e a regional, aprofundando-se na análise de quatro municípios baianos: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (LEM), São Desidério e Correntina.

Figura 01. Bacia do rio São Francisco, MATOPIBA e municípios selecionados



Fonte: Autor (2019)

Formação histórica do campesinato no sertão do além São Francisco: beiradeiros e geraizeros

O atual “Oeste da Bahia”, outrora conhecido como região do “Além São Francisco” ou “Comarca de São Francisco” (BRANDÃO, 2010), é historicamente conhecido desde o segundo século da colonização portuguesa no Brasil. A corrida para as minas preciosas descobertas no Alto São Francisco determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão de seu vale, constituídos em torno dos “currais” de pecuária extensiva ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais e serviram como entrepostos para o escoamento de mercadorias produzidas ou coletadas nos sertões que eram encaminhadas aos principais centros urbanos litorâneos do Nordeste canavieiro. A miscigenação entre populações brancas, negras e indígenas, assim como a relativa mobilidade espacial proveniente da busca por pastagens naturais, por metais preciosos e áreas férteis para o estabelecimento de roçados e as fugas de cativos (quilombolas), propiciou uma ocupação escassa de vasta hinterlândia a Oeste do Rio São Francisco, tendo como principais

artérias de comunicação os rios Grande, Corrente, Cariranha, Preto, Correntina, Formoso e Arrojado, entre outros.

A exploração fluvial que adentrou o Rio São Francisco levou Francisco Garcia D'Ávila (Casa da Torre) a navegar os principais afluentes da margem esquerda do rio São Francisco e fundar, por volta de 1670, um latifúndio voltado à criação de gado no lugar onde hoje se localiza o município de Barra (BA). Ali a atividade econômica evoluiu, originando um pequeno povoado subordinado politicamente à Vila de Cabrobó, pertencente à capitania de Pernambuco. Localizado em posição estratégica, inicialmente um aldeamento de índios, tornou-se o primeiro povoado a se elevar a condição de Vila no médio vale do São Francisco, passando-se a chamar São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul em 1752.

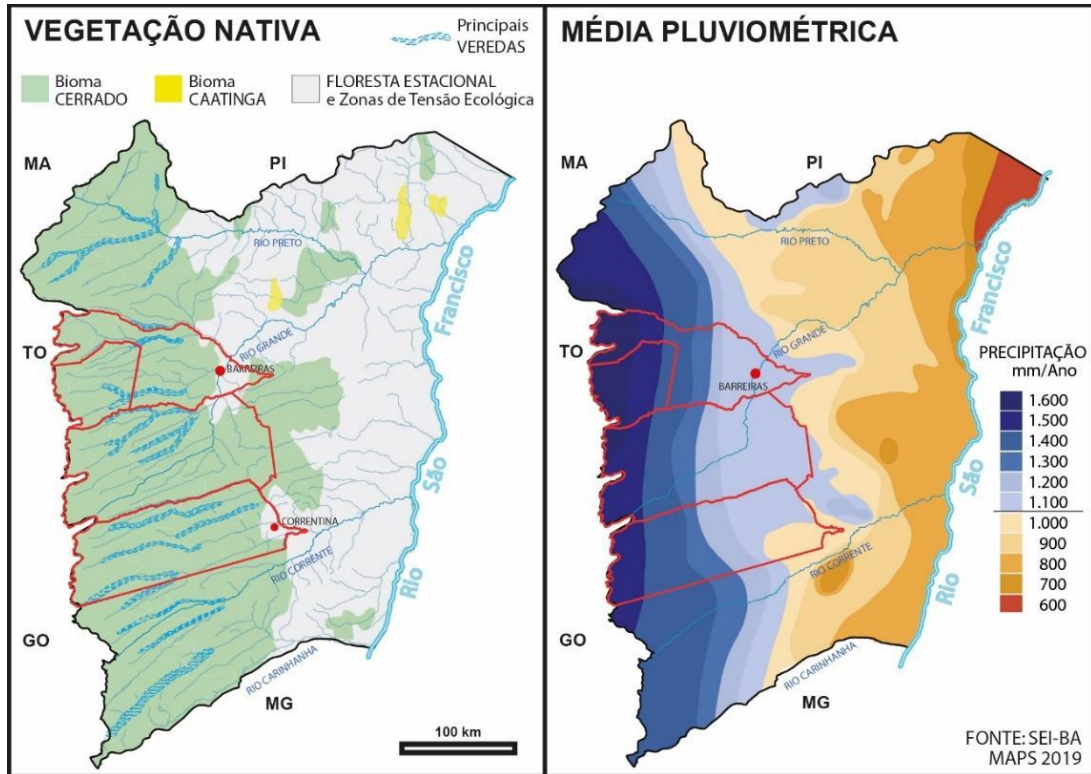
Era tênue o limite entre as zonas conectadas, ainda que precariamente à economia colonial, e o sertão desconhecido do colonizador. A população rarefeita dispersava-se ainda mais conforme adentrava-se os “Gerais”, zona de contato entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, com predominância do primeiro. As características naturais da região estimulavam uma ocupação territorial orientada pelos cursos d'água, fartas fontes de alimentos e importantes vias de acesso e comunicação. As casas eram comumente construídas próximas aos rios, o que possibilitava atividades agrícolas voltadas ao autoconsumo através da abertura de roças de regadio, além da criação de animais, caça e pesca. A vegetação nativa fornecia lenha para queimar, madeira para construir e plantas medicinais para diversas finalidades, possibilitando complemento nutricional humano e animal.

Geomorfologicamente, essa extensa área comporta duas unidades fundantes: as chapadas (o “grande sertão”) e os fundos de vales (as “veredas”). As chapadas (Chapadões Ocidentais da Bahia) são conhecidas localmente como “os Gerais”. São terras planas, de altitude mais elevadas (variando entre 600 e 1.000 metros acima do nível do mar), dotadas de Latossolos Amarelos e Neossolos Quartzarênicos, ambos ácidos e de boa drenagem, onde predomina o embasamento de rochas areníticas vinculadas ao Aquífero do Urucuia. Os “Gerais” são platôs ricos em biodiversidade e de fundamental importância como áreas de recarga para o lençol freático.

Complementarmente, destacam-se as veredas, baixadas onde brota água, formando um brejo de solo escuro (hidromórfico), dotado de acúmulo de matéria orgânica e de material coloidal (tabatingas) em suas camadas mais profundas. Nesta formação fito-paisagísticas há pastagens naturais compostas por capim agreste e betonca, assim como buritizais – o que

lhes confere importante papel enquanto áreas de alimentação tanto para os animais de criação quanto para silvestres. O regime pluviométrico é mais farto no Oeste, reduzindo de intensidade na medida em que se aproxima do rio São Francisco.

Figura 02. Biomas e índice de precipitação no Oeste da Bahia e em municípios selecionados

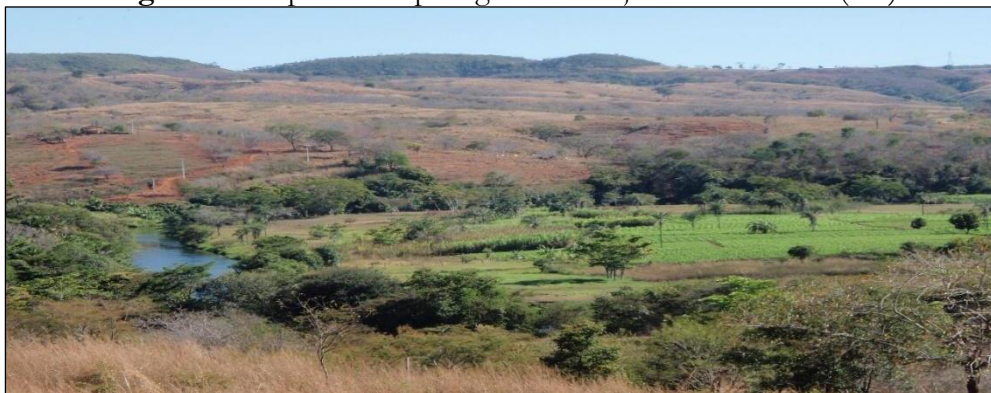


Fonte: Autor (2019)

Os fundos de vales, terras mais baixas que entalham as chapadas do Oeste da Bahia, são conhecidos localmente pelos camponeses tradicionais como as “Terras de Cultura”. Localizadas nas encostas e nas partes mais baixas próximas aos cursos d’água, foram consideradas pelos primeiros colonizadores como as melhores terras para o povoamento e o cultivo. Estas áreas ribeirinhas se marcam por abrigarem a maior parte das famílias camponesas, muitas das quais vinculadas perifericamente ao chamado Ciclo do Couro (GOULART, 1966). Essas populações deslocaram-se para o interior da capitania baiana em busca de novas terras para habitarem, expandindo a fronteira demográfica e econômica da colônia e seus descendentes atualmente se autoidentificam pelos termos de “Beiradeiros” e “Geraizeiros”. Ainda é comum na região a realização de mutirões para a abertura de valas, por onde a água faz um desvio de seu curso natural, formando pequenos canais artificiais

para irrigação, que atendem às diversas necessidades das famílias residentes nesses fundos de vales.

Figura 03. Aspectos da paisagem sertaneja em Correntina (BA)



Fonte: Autor (2018)

Nas terras baixas das margens d'água fixou-se a população tradicional, cultivando suas roças com uso de sistemas tradicionais de irrigação. No plano intermediário localizam-se os pastos e ao fundo, nas terras altas dos Gerais, o gado passava a estação de chuva alimentando-se do cerrado

A invasão promovida pelo agronegócio globalizado

Este item vincula-se, basicamente, com a expansão da fronteira de “territorialização” do agronegócio globalizado no campo e os impactos provocados pela destruição/reorganização sócio-espacial desse fenômeno especificamente nos municípios de Barreiras, LEM, São Desidério e Correntina. É ainda o advento das “transnacionais imobiliárias agrícolas ou *land companies* no Brasil” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 33). As décadas de 1990, 2000 e também essa de 2010 converteram a região num eixo de expansão do cultivo de pinus, soja, algodão, milho e da criação de gado e suínos sob o signo da modernização, da geração valor e da extração da mais-valia. A agricultura científica globalizada tem por referência a produção de grandes volumes de *commodities* articuladas às redes de circulação transnacionais.

Promove a intensificação do uso do tempo, do espaço, dos recursos naturais e humanos. Promove maior produtividade econômica das ações e do espaço através do fortalecimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002, 2002b e 2003). Em outros termos, converte terra e água em “superfícies mercadológicas especializadas” cujo motor é a “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS, 2002, p. 147). Se inicialmente os primeiros habitantes não-

indígenas do Oeste da Bahia haviam acessado a região por via fluvial, viajando do Leste para o Oeste; neste segundo momento os novos colonos dirigiram-se do Oeste para o Leste, penetrando o território por meio da malha rodoviária implantada após a transferência da capital federal para Brasília. Na medida em que esses novos “forasteiros” chegavam, impunham um novo tempo de devastação do cerrado para a implantação de um modelo de agricultura, de ruralidade, de urbanismo e de política territorial que têm por bases a produtividade extrema, a ambição desmedida e vantagens econômicas de curta prazo.

Nessa região agrícola modernizada, os hábitos urbanos são comuns nas áreas rurais onde atuam os agentes do agronegócio, assim como costumes e práticas do campo podem ser facilmente encontrados nas cidades, onde camponeses expropriados de suas terras buscam abrigo ainda que precário. “Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades [... sendo] o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano” (SANTOS, 2002a, pp. 73-74 e 76). O campo abriga a produção econômica regional e a cidade lhe dá o suporte técnico, político e administrativo necessário - recebe lojas de insumos e de autopeças agrícolas, aloja a mão-de-obra migrante ou expulsa pela modernização, hospeda investidores, representantes comerciais, técnicos, agrônomos, operários, etc. São as chamadas “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006), representantes de um “novo Nordeste” (HAESBAERT, 1996, p.382). As vantagens comparativas associadas ao MATOPIBA são diversas:

É uma das áreas com maior disponibilidade de terras do país - estima-se que o estoque disponível para novos cultivos seja de 3 milhões de hectares [...] Apesar da alta procura nos últimos três anos, que já fez dobrar o valor da terra nos melhores locais, a média de preços ainda é 40% inferior à do cerrado do Centro-Oeste. Os investidores estrangeiros preferem o MATOPIBA também por estar fora do foco dos ambientalistas [...] A logística é outro ponto-chave [...] A combinação entre terras mais baratas e custo logístico inferior gera uma rentabilidade que pode chegar a 8% ao ano - o dobro de áreas tradicionais de cerrado (REVISTA EXAME, 2009).

A produção no campo cresce de maneira acelerada nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, onde o capital consegue fundir técnicas, recursos, condutas e maquinários os mais modernos existentes no planeta com fatores locais que nos remetem ao período colonial de nossa economia, tais como a manutenção do viés latifundiário, monocultor e agroexportador de matérias-primas; a expropriação-apropriação de terras feitas por métodos irregulares e violentos; concentração econômica e fundiária; prática do trabalho análogo a escravidão e uso do fogo para promover a devastação ambiental e o uso predatório do meio natural.

Esse processo de rápida expansão pela qual o agronegócio e a especulação fundiária passam atualmente no MATOPIBA como um todo, e no Oeste da Bahia em específico, têm um histórico e um itinerário de implantação bastante recentes. Pode-se dizer que se iniciou após a construção de Brasília na década de 1960, que almejava, entre outras coisas, promover a “interiorização do desenvolvimento”, o rodoviarismo e a dinamização da ocupação socioeconômica do território brasileiro. Na virada para a década de 1970 o governo federal transferiu para a cidade de Barreiras (BA) o 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Ministério do Exército), que logo iniciou a construção das rodovias BR-242 (Rodovia Milton Santos, que liga Salvador à Brasília) e a BR-020 (Fortaleza - Brasília), ambas passando pelo então quase despovoado Oeste da Bahia.

Na década de 1980, o PRODECER II (1985-1993)² teve relevante papel na atração de colonos sulistas para áreas localizadas no Oeste da Bahia, que eram cultivadas em propriedades de médio porte sob a forma de cooperativas. Tais agricultores foram os responsáveis pelas experiências mais sistemáticas vinculadas à abertura, limpeza, correção e fertilização de solos nessa região. Em 1987 seguiu-se o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, idealizado e implantado pelo governo estadual, cujo objetivo principal era conceder incentivos de “acesso” a terra e a créditos “facilitados” através de uma parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que subsidiava o custeio da produção (RIOS FILHO e SANTOS FILHO, 2008, p. 5). Segundo Santos (2008, p. 91),

Foram as alianças que ocorreram entre, de um lado, representantes do aparelho de Estado e grandes grupos econômicos nacionais, e, do outro, figuras tradicionais do poder local, como antigos coronéis e grileiros, que obrigaram os pequenos produtores, posseiros e até grandes proprietários de terras de origem regional a disponibilizar a venda de suas propriedades nas áreas de cerrados aos grupos econômicos que se apresentavam.

Para compreender melhor o quadro geral de expansão da agricultura globalizada na região convém chamar a atenção para o caso de Luís Eduardo Magalhães (LEM), considerada atualmente como “a cidade que mais cresce no Brasil” e a “capital do agronegócio”. Em

² O PRODECER foi um Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados idealizado em 1974. Tendo sido seu coordenador político-institucional o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tal projeto foi financiado pelos Governos do Brasil, do Japão (JICA/OECF) e por bancos privados japoneses. Sua execução foi de responsabilidade da Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO, empresa de capital binacional criada para este fim, da qual 51% das ações pertenciam à brasileira BRASAGRO e 49% à japonesa JADECO. Sua segunda fase (PRODECER II) iniciou-se em 1985 e abrangeu, no estado da Bahia, 31.430 mil hectares, acumulando investimentos japoneses da ordem de US\$ 67 milhões.

terras (ainda) pertencentes ao município de Barreiras, em 1982, o pecuarista goiano Arnaldo Horácio Ferreira deu início a um projeto de colonização particular adquirindo uma área de terra equivalente a 182.000 ha. No mesmo ano, estabeleceu um comércio de combustíveis na confluência das rodovias BR-242 e BR-020, com o nome de Posto Mimoso. Em 1984 criou a Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande (CARIG), iniciando o loteamento da área do entorno do posto, surgindo as primeiras casas do povoado de Mimoso do Oeste.³

A partir de então, passaram a migrar para lá os primeiros pecuaristas e agricultores “sulistas”. Dentre estes pioneiros, encontravam-se os senhores gaúchos Jacob Lauck (agricultor e piloto), Ottomar Schwengber (responsável pela fundação do Centro de Tradições Gaúchas - CTG de Mimoso do Oeste), Constantino Catarino de Souza (sua filha, Jusmari, destacar-se-ia na política regional, como veremos adiante), Amélio Gatto e os paranaenses Luís Hashimoto, Eduardo Massao Yamashita e Siegfried Janzen (fundador da primeira Associação de Moradores de Mimoso do Oeste, evento comemorado com torneio de futebol e marcado pela assinatura de uma declaração).⁴

Citar esses nomes mostra-se relevante na medida em que salientam a verdadeira origem desses migrantes. Não eram apenas sulistas, gaúchos ou paranaenses, mas antes disso, eram descendentes de correntes migratórias oriundas de fora do Brasil, em sua maioria descendentes de alemães, italianos ou japoneses. Um desses pioneiros, Walter Horita, que atualmente cultiva 40 mil hectares no Oeste Baiano e é chamado na região de “rei da soja”, lembra que “naquele tempo, comprar terra era muito barato. Em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil” (HORITA apud. MONDARDO, 2010, p. 270).

O conflito entre as partes e a questão separatista

No Oeste Baiano, construir e destruir, nascer e morrer, em sentido amplo, acabaram de repente se tornando tão corriqueiros, foram tão banalizados, que às vezes parecem não provocar mais estranheza [...] Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar (HAESBAERT, 1996, p. 380).

³ Moção N° 13.959/2012 da Assembleia Legislativa da Bahia, disponível em www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2012/MOC_13_959_2012_1.rtf, acesso realizado em 07/07/2018.

⁴ Ver: <http://soudelem.com.br/a-cidade/> e <https://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/a-cidade/>, acessos realizados em 20/01/2017 e 05/09/2018.

O Oeste da Bahia, na condição de fronteira agrícola, exerceu atratividade e fez com que novos habitantes se deslocassem para esse “Novo Oeste”. Tal fluxo migratório foi inicialmente composto, sobretudo, por agricultores oriundos do Sul do país, dedicados ao processo de des-re-territorialização. Conforme Haesbaert (1997, p. 117), a “(re)territorialização” gera “novos territórios, através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço”. Segundo o autor (HAESBAERT, 1996), o processo de territorialização dos migrantes sulistas “gaúchos”⁵ no Oeste da Bahia está associado à um processo de desterritorialização de suas terras de origem, que ocupavam no sul do país, assim como o de reterritorialização em novas propriedades, áreas recém-abertas nos Cerrados do Nordeste.

A principal vantagem por trás desse deslocamento está relacionada à ampliação de suas posses e valorização de seu patrimônio.⁶ Mas, concomitante e conflituosamente a esse processo, também há a desterritorialização daqueles tradicionais camponeses “beiradeiros” e “geraizeros”, historicamente ligados à estas terras que se tornaram alvo da expansão do agronegócio. Geralmente estes são destituídos dos títulos formais de propriedade, ainda que se reproduzam socialmente nestes espaços há séculos. Sobre a dinâmica de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), Saquet (2003, p. 54) entende que

A des-territorialização [... sugere a] re-territorialização em outros lugares, onde os grupos sociais desenvolvem estratégias distintas para produzir, controlar e manter um novo território e novas territorialidades, como fruto da imbricação entre as velhas e as novas territorialidades no movimento de des-re-territorialização.

Existe na retaguarda dos camponeses desterritorializados um processo expropriação e grilagem de suas terras, acompanhada de sofrida e silenciosa resistência frente ao projeto expansionista de dominação e modernização territorial. No Oeste da Bahia, e no MATOPIBA como um todo, os camponeses que lutam para não se desterritorializarem, e assim reproduzirem sua forma de vida, opõem-se aos agricultores modernos, que almejam se reterritorializarem vantajosamente, apropriando-se de amplas áreas voltadas às culturas de exportação.

⁵ O termo “gaúcho”, como utilizado coloquialmente na região em tela, não se restringe apenas às pessoas nascidas no Rio Grande do Sul, abarcando basicamente qualquer novo migrante que chegue à região para dedicar-se às tarefas ligadas à agricultura globalizada.

⁶ Ver, por exemplo, a reportagem “Após mais de duas décadas, produtores constroem 'império agrícola' no Oeste”, disponível em <http://g1.globo.com/bahia/bahia-farm-show/2015/noticia/2015/06/apos-mais-de-2-decadas-produtores-constroem-imperio-agricola-no-oeste.html>, acesso realizado em 07/09/2018.

Os conflitos relacionados a posse da terra intensificaram-se com o estabelecimento da grilagem sistemática, iniciada ainda na década de 1970 e que continua até os dias de hoje. Nestas frentes de expansão do capitalismo agrário, a principal mercadoria que se produz, a mais lucrativa de todas, é a própria propriedade agrícola em si. Não é a produção de soja, milho, algodão ou carne; é a produção de propriedades rurais para a venda, sem dúvida, o mais rentável dos negócios, superando qualquer exploração agrícola ou pecuária que se faça. O resultado é o estabelecimento de uma série de conflitos entre posseiros e grileiros, entre o campesinato e o agronegócio, não raro acabando em expropriação, violência e sangue (SOBRINHO, 2010 e 2015).

O imbróglio jurídico por trás dos Cartórios de Registros de Imóveis da região é de tal modo generalizado que recentemente (2017) uma decisão liminar da Justiça determinou a reintegração de posse de 340 mil hectares de terras no município de Formosa do Rio Preto à uma única pessoa, desarticulando 300 famílias de agricultores vinculados ao agronegócio por meio da Associação dos Produtores da Chapada das Mangabeiras (Aprochama), ali estabelecidas há 30 anos.⁷ O intermédio de jagunços e pistoleiros e a má fé de agentes cartorários e judiciais, subservientes aos interesses do “grande capital transnacional” – ou de quem lhes ofereça qualquer tipo de benefício – são prática corriqueira no MATOPIBA, não sendo diferente no Oeste da Bahia.

Recentemente, os conflitos pelo acesso e uso de recursos hídricos em Correntina tiveram repercussão nacional, opondo integrantes do campesinato local e do agronegócio globalizado, evidenciando a pertinência do termo “agrohidronegócio” (THOMAZ JÚNIOR, 2010).⁸ Vale ainda lembrar que os municípios do MATOPIBA sustentam os maiores índices nacionais de desmatamento do Bioma do Cerrado.⁹ No que tange ao desmatamento do

⁷ Ver <https://g1.globo.com/bahia/noticia/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-340-mil-hectares-de-terras-na-ba-e-agricultores-protestam.ghtml> e <https://jornaloexpresso.wordpress.com/2017/04/22/acordo-sobre-posse-de-terras-na-coaceral-e-aprochama-e-assinado/>, acessos realizados em 07/09/2018.

⁸ Ver <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/4335-conflitos-nos-fechos-de-pasto-de-correntina-uma-realidade-historica-que-clama-por-justica> e <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/0111-raio-x-correntina-com-41-conflitos-em-32-anos-municipio-lidera-historico-de-conflitos-agrarios-e-do-uso-da-agua-na-bahia/>, acessos realizados em 07/09/2018.

⁹ De acordo com o MMA/IBAMA/PNUD, dentre todos os municípios do país que estão inseridos no Bioma do Cerrado, os três “campeões” de desmatamento entre 2002 e 2008 foram justamente Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, todos localizados no Oeste da Bahia, totalizando para os três municípios mais de 460.000 hectares desmatados nesse curto intervalo de apenas seis anos. Ver http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf, acesso realizado em 27/10/2010.

cerrado e ao uso abusivo da água para irrigação com pivôs centrais, a figura 08 trará importantes indicativos.

Identificamos ainda que nesse quadro de reconfiguração regional a criação de novas territorialidades envolve não apenas o acesso a propriedade da terra em si, como também ao comando sobre a regulamentação e a gestão territorial coletiva. Isso implica na busca pela autonomia política-administrativa dos espaços vinculados ao agronegócio, tanto em nível municipal quanto estadual. Destacamos, neste sentido, a ilustrativa atuação dos parlamentares paranaenses radicados em Barreiras, Oziel Oliveira (PDT) e Jusmari Oliveira (PR), marido e mulher, ele nascido em Itaquajé, ela Pérola D'Oeste. Atualmente (2018) ele é prefeito de Luís Eduardo Magalhães e ela acaba de abdicar do cargo de Secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur-BA).¹⁰

Ela, agricultora, comerciante e educadora, faz parte do Conselho de Honra da Associação dos Produtores de Café da Bahia e já foi condecorada três vezes com o prêmio “Soja de Ouro” (1997, 1998 e 1999), tendo sido Vereadora e Prefeita de Barreiras, além de Deputada Estadual e Federal. Ele, agricultor e administrador, é Conselheiro de Honra do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães onde, “com a grande procura de terras por agricultores de todo o Brasil e do exterior, passou a prestar assessoria de intermediação entre o comprador e o vendedor - atividades estas que possibilitaram ao casal rápido crescimento patrimonial.”¹¹

Fruto do esforço liderado por Jusmari, à época Deputada Estadual, foi criado o Distrito de Mimoso do Oeste, por meio da Lei Municipal n.º 395, de 03/12/1997, permanecendo este subordinado ao município de Barreiras. Em seguida a Lei Municipal n.º 422, de 17/11/1998, alterou o nome do distrito de Mimoso do Oeste para Luís Eduardo Magalhães, homenagem ao falecido político herdeiro da então mais importante oligarquia da Bahia. Em 19 de março de 2000 acontece um questionável plebiscito visando a emancipação política e territorial do distrito, no qual num total de 3.842 votantes, 3.782 se posicionaram a favor da emancipação, 2 foram contra e 58 declararam-se brancos ou nulos (a população total do município de Barreiras era 131.849, mas votaram apenas aqueles que residiam no

¹⁰ Ver: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=163111&tipo=0 e http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189051&tipo=0, acessos realizados em 20/01/2017.

¹¹ Ver: <http://ozieloliveira.org/site/>, acesso realizado em 30/10/2010.

distrito que demandava sua emancipação).¹² Apesar da denúncia de fraude por desprezo à vontade política da população residente na sede do município, o antigo posto Mimoso foi elevado à categoria de município com a denominação de Luís Eduardo Magalhães pela Lei Estadual n.º 7.619, de 30/03/2000, desmembrando-se assim de Barreiras (RIOS FILHO e SANTOS FILHO, 2008).

Com a emancipação, o paranaense Oziel tornou-se o primeiro prefeito do metafórico “primeiro município gaúcho” da Bahia, cargo para o qual foi em seguida reeleito exercendo os mandatos de 2001 a 2005 e 2005 a 2009. Em 2007 foi pleiteada a declaração de inconstitucionalidade da lei de criação do município e diante do impasse estabelecido coube ao legislador federal definir e regularizar a situação. Mediante Emenda Constitucional, o congresso aprovou a criação do novo município,¹³ tendo o parecer redigido pelo Ministro Eros Grau defendido a política de *Uti possidetis* do fato consumado:

Até maio de 2006, foram sancionadas mais de duzentas leis municipais. O Município elegeu seus Prefeito e Vice-Prefeito, bem assim seus Vereadores, em eleições realizadas pela Justiça Eleitoral. Instituiu e arrecadou tributos de sua competência. Prestou e está a prestar serviços públicos de interesse local. Exerce poder de polícia. Em seu território - isto é, no Município de Luís Eduardo Magalhães - foram celebrados casamentos e registrados nascimentos e óbitos. O Município recebe recursos federais e estaduais e participa da arrecadação de tributos federais e estaduais [...] estamos diante de uma situação excepcional não prevista pelo direito positivo, porém instalada pela força normativa dos fatos.¹⁴

No mesmo ano de 2007, Jusmari havia vencido as eleições para Deputada Federal, mas renunciou ao cargo para concorrer e ganhar a campanha para Prefeita de Barreiras. Oziel, por sua vez, cumpriu mandato como Deputado Federal entre 2011 e 2015, ocasião em que deu entrada no Projeto de Decreto Legislativo 355/11, que determina a realização de plebiscito sobre a criação do estado do Rio São Francisco, no intuito de emancipar politicamente o Oeste da Bahia, compondo um ente federativo autônomo. Citamos aqui os casos desses dois migrantes re-territorializados no MATOPIBA pois bem ilustram a disputa envolvida no processo de ampliação do poder de comando geopolítico sobre esse território contestado.

¹² Moção Nº 13.959/2012 da Assembleia Legislativa da Bahia, disponível em www.al.ba.gov.br/docs/Proposicoes2012/MOC_13_959_2012_1.rtf, acesso realizado em 07/07/2018.

¹³ Ver <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=35279&view=detalhes>, acesso realizado em 23/01/2017.

¹⁴ Ver <http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/adi2240.pdf>, acesso realizado em 23/01/2017.

Em comum, o casal Oziel e Jusmari de Oliveira exemplificam a representação política dos “novos” interesses de poder estabelecidos no Oeste da Bahia, isto é, aqueles relacionados a expansão do agronegócio globalizado, liderados por migrantes do sul do país, em sua maioria de ascendência estrangeira, respaldados por ampla oferta de capital, modernas técnicas, conhecimento científico especializado e voltados ao mercado consumidor internacional.

O casal trabalha para “o Oeste seguir em frente”, como veiculado em campanha eleitoral recente de Oziel, buscando desvencilhar esse território das velhas oligarquias baianas, tanto as de âmbito municipal como também as de escala estadual. Após a emancipação, a população de LEM cresceu exponencialmente, saltando de 19 mil habitantes em 2001 para 44 mil em 2007, 60 mil em 2010 e atualmente é estimada em 88 mil habitantes (IBGE, 2019). Em relação ao município do qual se desmembrou, apresentou em 2018 um índice de PIB per capita anual bastante superior: R\$ 55 mil ante 24 mil de Barreiras. Significa dizer que a parte mais rica do território abdicou de sua parcela mais pobre, ou que a parte gaúcha e nova se desvinculou da parte baiana velha do município, criando um território autônomo e independente.

Figura 04. Crescimento urbano de Luís Eduardo Magalhães: 1984 – 2000 – 2016



Fonte: Google Earth, com altitude do ponto de visão de 16,05 km.

O crescimento demográfico e econômico acelerado de LEM tem estimulado e servido de exemplo para que outras áreas também reivindiquem sua independência. De modo análogo ao que se sucedeu com LEM e Barreiras, outros territórios do Oeste da Bahia dotados de alto índice de riqueza, elevada taxa de migrantes oriundos do Sul do país e caracterizados pela expansão recente do agronegócio globalizado querem se “libertar” dos antigos vínculos político-administrativos baianos, que julgam não lhes representarem em seus interesses e ainda prenderem-lhes à um passado com o qual não se identificam em nada.

Tais municípios estão entre os mais extensos do estado e possuem, do ponto de vista da configuração territorial, formatos alongados que os assemelham a retângulos compridos e achatados, ficando as sedes municipais sempre a Leste (zonas de colonização mais antiga, cuja origem remonta ao período colonial), contrapondo-se com as novas aglomerações urbanas, surgidas recentemente a Oeste (ligadas à chegada dos “gaúchos” pelas rodovias e aeródromos promotores da modernização).

Houve recentemente, sobretudo com o estímulo da BR-020, o surgimento de vários loteamentos urbanos novos, frutos de iniciativas e investimentos privados, que deram origem a povoados distantes das remotas sedes municipais. Destacam-se a presença das vilas de Coaceral, Panambi, Placas, Bela Vista, Novo Paraná, Treviso, Roda Velha e Rosário. São núcleos urbanos incipientes, mas alguns já demonstram clara intenção de se desmembrarem politicamente de seus núcleos de comando, almejando esses diminutos e dinâmicos núcleos urbanos tornarem-se novos municípios do agronegócio, novas “cidades do agronegócio” (ALVES, 2005 e ELIAS, 2006).

Figura 05. Novos núcleos urbanos do Oeste da Bahia



Fonte: BING Maps.

Entre os casos mais eloquentes da região, estão os de Vila do Rosário e Roda Velha, que almejam dissociarem-se dos municípios de Correntina e São Desidério e que distam de suas sedes municipais, respectivamente, 200 e 130 quilômetros. Os dois povoados supracitados ocupam localizações estratégicas: Rosário situa-se na divisa interestadual da Bahia com Goiás, na movimentada rodovia BR-020 e Roda Velha está nessa mesma rodovia, em seu ponto de intersecção com as obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Entre uma vila e outra há 140 quilômetros de asfalto em meio a enormes propriedades rurais, área de elevada produção de *commodities* e reduzida densidade demográfica. Nesses dois vilarejos é intenso o anseio emancipacionista de seus residentes, em sua maioria composta por indivíduos provenientes de estados do sul do país. Estes alegam que os serviços públicos prestados são incondizentes com o valor dos tributos ali arrecadados.

É igualmente forte o *lobby* político de figuras públicas e de associações civis organizadas. Em Correntina, visando promover a descentralização das atividades administrativas municipais, os vereadores Ieda Pereira Barbosa (PSDB), Milton Rodrigues de Souza (PR) e Lourival Conceição de Miranda (PSDB) encaminharam à Câmara Municipal o Projeto de Lei de Criação do Distrito do Povoado de Rosário (nº 013/2009), aprovado em 13/12/2012.¹⁵ Roberto Marinho é um dos nomes cogitados para esse possível novo município.¹⁶ É sempre citado pelos defensores da emancipação o fato de que, assim como LEM, Rosário também originou-se de um posto de combustíveis (BARCELLOS, 2011, p. 237).

Em São Desidério, o comerciante e Subprefeito de Roda Velha, Ari Mário Mrovinski, lamenta o fato de que onde vive “o que sobra em produção agrícola, falta em serviços básicos”.¹⁷ Já a Deputada Estadual Kelly Magalhães (PCdoB) foi além, propondo a realização de uma audiência pública na Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação da Assembleia Legislativa da Bahia para discutir a emancipação do Distrito de Roda Velha.¹⁸ É igualmente interessante analisar o discurso do Deputado Federal Jutahy

¹⁵ Ver <http://visaocidade.com.br/2012/12/rosario-passara-ser-distrito-de.html> , acesso realizado em 07/09/2018.

¹⁶ Ver <http://jornalnovafronteira.com.br/arquivo/2009-2014/LerArquivoNf.php?id=8827> , acesso realizado em 07/09/2018.

¹⁷ Ver <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sonhando-em-ser-grande-distritos-baianos-querem-aprovacao-de-lei-para- virar-municipios/> , acesso realizado em 07/09/2018.

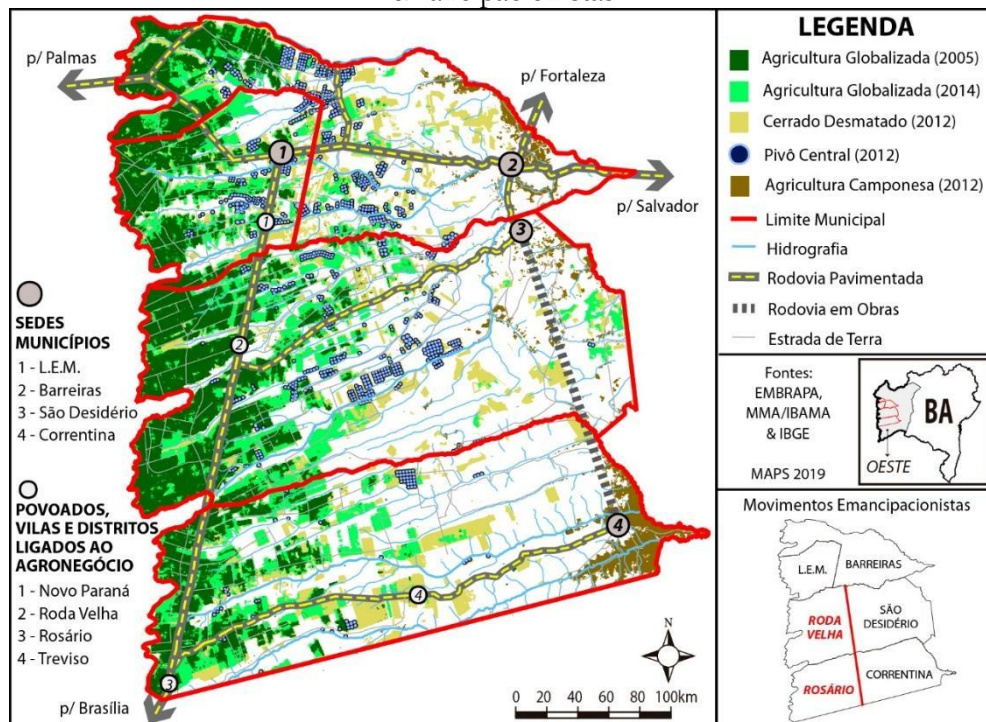
¹⁸ Ver <http://www.barreirasnoticias.com/2011/09/reuniao-discute-emancipacao-de-roda.html> , acesso realizado em 07/09/2018.

Magalhães (PSDB), que crê tanto Rosário quanto Roda Velha já reúnem todas as condições para serem manumitidos:

São dois distritos que se tornarão municípios prósperos com a emancipação. Dois grandes produtores de grãos que estão longe das sedes de seus municípios e que não têm recebido de volta de volta a riqueza que produzem. Sendo municípios [...] irão ganhar em saúde, educação, infraestrutura, geração de emprego e renda, enfim, tudo muda.¹⁹

Recentemente, em 30/08/2018, o Governador da Bahia, Rui Costa (PT), assinou uma Carta de Apoio à Emancipação de Rosário, alegando que este “é autossuficiente e produz a própria riqueza” e que a distância entre o distrito e a sede obrigam seus moradores a se deslocarem por mais de 400 quilômetros para efetuarem qualquer tipo de procedimento junto à prefeitura, secretarias e/ou cartórios.²⁰ Como se nota ao analisar os casos dos distritos de Rosário e Roda Velha, filiação partidária não parece ser empecilho para que haja uma espécie de coligação regional suprapartidária em prol da emancipação política de novos territórios do agronegócio no Oeste da Bahia.

Figura 06. Barreiras, LEM, São Desidério e Correntina: uso-do-solo e movimentos emancipacionistas



Fonte: autor (2028).

¹⁹ Entrevista com o Deputado Federal Jutahy Magalhães (PSDB), disponível em <http://muraldooeste.com/jutahy-defende-em-brasilia-a-emancipacao-de-roda-velha-e-rosario/>, acesso realizado em 07/09/2018.

²⁰ Ver <http://correiooeste.com.br/governador-rui-costa-apoia-a-emancipacao-do-distrito-de-rosario/>, acesso realizado em 07/09/2018.

A ambição do agronegócio por exercer o controle político sobre os territórios supera a escala municipal, alçando planos mais audaciosos. Assim, como já mencionado, há um projeto tramitando no Congresso Federal que visa criar o Estado do Rio São Francisco. “Para a gestão do processo de modernização da região, projeta-se na mente das elites locais a criação de novos estados, o que legitimaria, num sentido político-territorial, a área dominada pelas redes da moderna agricultura capitalista” (MARTINS, 2001, p. 280). Mauro Argenta (outrora presidente do PSDB de Barreiras), falando em nome de seus “patrícios” sulistas, corroborava essa premissa: “nosso poder é pouco, mas logo vamos ter várias prefeituras da região – essa é a força de base, de baixo para cima, para conseguir depois o estado do São Francisco” (apud. HAESBAERT, 1996, p. 410).

Quanto à formação desse novo Estado, o discurso hegemônico em muito se assemelha ao já referido discurso emancipacionista feito em nível municipal: a grande extensão do estado da Bahia, a distância com relação ao centro administrativo de Salvador e a negligência do governo estadual para com a região aparecem como argumentos centrais nas reivindicações separatistas. Em 1998 o Deputado Federal Gonzaga Patriota (PSB/PE) levou ao Congresso o Projeto de Decreto Legislativo n.º 631/1998, que “Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco”,²¹ posteriormente substituído pelo PDC n.º 384/2003.²²

Os dados demonstram que o novo estado contará com mais de 5,5 milhões de hectares com possibilidade de uso agrícola, dos quais, 4,6 milhões hectares em regiões com pluviosidade acima de 1.200 mm/ano, dos quais, 1,835 milhões de hectares já estão ocupados com lavouras, respondendo assim, com 30% da produção de algodão no país e 98% no estado; 5% da produção de soja no país e 100% no estado; 3% da produção de milho no país e 70% no estado, com receita dentro da porteira estimada em R\$ 6,3 bilhões de reais e na cadeia do agronegócio estimada em R\$ 13,4 bilhões.²³

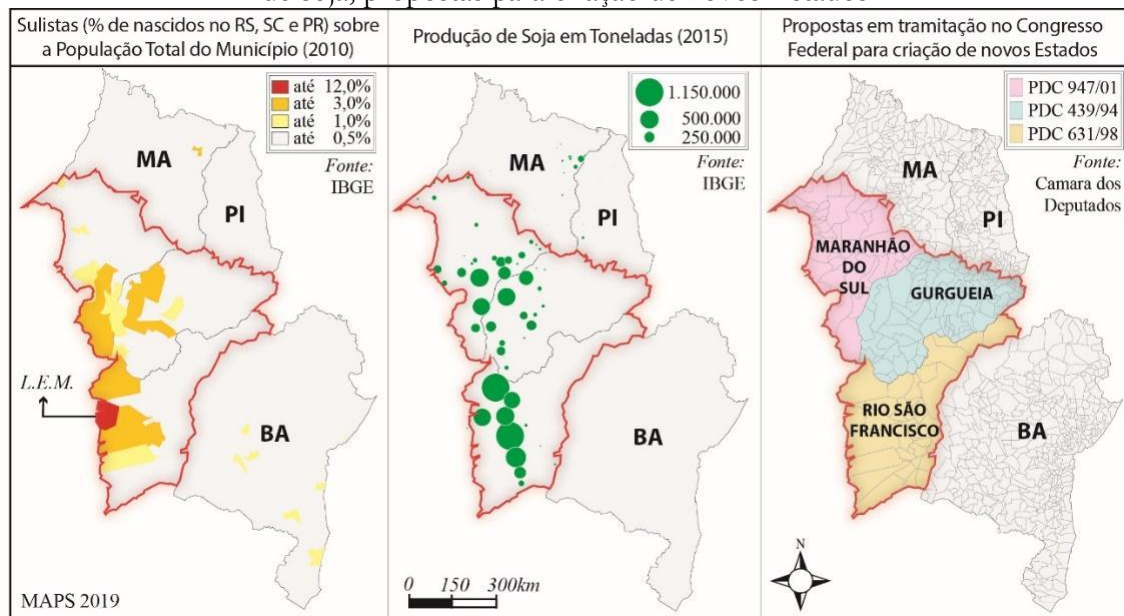
²¹ Ver <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14016> , acesso realizado em 07/09/2018.

²² Ver <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=121590> , acesso realizado em 07/09/2018. Vale mencionar que em Barreiras, maior cidade do Oeste da Bahia e aventada como possível capital para o estado do Rio São Francisco, sessão ordinária ocorrida na Câmara de Vereadores no dia 18/05/2010 aprovou por unanimidade o projeto de lei n. 003/2010, de autoria do vereador Giovani Mani (PPS), que propõe a oficialização da Semana Farroupilha – diga-se de passagem, um projeto político de caráter separatista – no calendário cívico do município. Já na chamada Independência da Bahia, que ocorre no dia 2 de junho, não há desfile cívico, bandas marciais ou hasteamento das bandeiras oficiais, algo tão comum em outros municípios baianos (BRANDÃO, 2014, p. 18).

²³ Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/918053.pdf> , acesso realizado em 07/09/2018. É sempre lembrado o exemplo de seu vizinho, o estado do Tocantins, que após se desvincular de Goiás experimentou grande crescimento econômico e desenvolvimento.

A análise dos dados nos permite afirmar que se encontra em curso, no MATOPIBA, uma correlação macrorregional entre os seguintes fatores: grilagem de terras e expansão da agricultura altamente tecnificada liderada pelo cultivo da soja e do algodão; expressiva participação de “sulistas” (*lato sensu*) sobre o contingente populacional total e movimentos políticos independentistas voltados a monopolização do território por agentes transnacionais associados agronegócio globalizado. O Mapa 4, a seguir, demonstra tal correlação, tanto em âmbito municipal quanto estadual, ao destacar como estão interligados a presença dos migrantes, a produção agropecuária e os anseios de criação de novos territórios geopoliticamente atrelados ao agronegócio globalizado:

Figura 07. Bahia, Piauí e Maranhão - participação dos sulistas sobre a população; produção de soja; propostas para criação de novos Estados



Fonte: autor (2018).

Na esteira das possibilidades futuras para o território em questão, com o intuito único de suscitar debates acadêmicos, elaboramos a figura 08, que se pauta exclusivamente em uma espécie de especulação espacial. Aponta para um cenário que poderá advir, a partir do surgimento de algumas das novas Unidades Federativas já propostas, alterando assim o quadro de macrorregiões geográficas do país.

Figura 08. Divisão (imaginária) das Unidades Federativas e Macrorregiões do Brasil



Fonte: autor (2019).

Considerações finais

O processo de expansão do meio-técnico-científico informacional no campo brasileiro cria superfícies de modernização agrícola que se pautam no acirramento da violência agrária no país e almejam amplo controle político, social e econômico sobre os territórios envolvidos. O surgimento de novas áreas e novas regiões onde predomina a agricultura globalizada monocultora de exportação de *commodities* tem redundado no contraditório e complementar fenômeno de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pelo qual agricultores (mormente gaúchos de origem italiana ou alemã) abandonam seu local de origem no Sul do país e se instalam em zonas de fronteira agrícola, num quadro de frente pioneira ativa. Ao concluírem tal procedimento, entram em embate

com camponeses nativos do local de destino, via de regra expropriando-os da terra em que viviam, obrigando-os ao êxodo rural em direção às periferias urbanas.

Ambos, isto é, tanto “gaúchos” quanto “beiradeiros e geraizeiros”, passam pelo fenômeno de desterritorialização, entendida como a saída por vontade própria ou forçada de seu local de origem. Ambos passam também pelo processo de reterritorialização, que pode resultar numa situação mais favorável (geralmente esse é o caso dos gaúchos, que constituem propriedades agrícolas mais extensas) ou mais precarizada, como ocorre com os camponeses expulsos da terra que se deslocam para as cidades).

No plano governamental e administrativo, ao ingressarem no debate político e pleitearem cargos no executivo, os agentes defensores do agronegócio passam a conduzir ações classistas no intuito de garantir melhores condições técnicas, normativas, discursivas e organizacionais para as companhias transnacionais e os interesses exógenos que representam. Sua potente posição econômica passa a demandar seu fortalecimento também no plano político local e regional, defendendo esse padrão de desenvolvimento territorial associado à agricultura globalizada, que amplia a desigualdade social e de renda, assim como da superexploração e esgotamento dos recursos naturais. É nesse sentido que a área em tela consegue reunir, a um só tempo, o que há de mais moderno e o que há de mais arcaico no campo brasileiro.

Referências

ALVES, V.E.L. Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçui/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados Nordesteiros. In: **Anais Do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2005, Presidente Prudente. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Vicente%20Eudes%20Lemos%20Alves.pdf>, acessado em 10/10/2019.

BARCELLOS, V. As Supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 29, pp. 227-247, 2011. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77853>, acessado em 10/10/2019.

BRANDÃO, P.R.B. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**. Salvador, vol. 6, n. 1, pp. 35-50, 2010. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4304/3163>, acessado em 07/09/2018.

BRANDÃO, P.R.B. Um Estado para o Oeste Baiano? Reflexões para o debate sobre discurso identitário e mitos fundadores do pretense Estado do (Rio) São Francisco. **ACTA**

Geográfica, Boa Vista, v.8, n.16, pp.10-21, 2014. Disponível em <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/1341> , acessado em 10/10/2019.

CASTILLO, R; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, v. 9, n. 18, p. 17-26, jan./abr. 2010. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>, acessado em 10/10/2019.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J.B. da; LIMA, L.C. e ELIAS, D. (Org's.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 221-238.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. Tese (livre-docência) em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E.A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia (2015). In: ALVES, V.E.L. (Org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GIRARDI, E.P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GOULART, J.A. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1966.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org's.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama> , acessado em 18-12-2019.

MARTINS, H.T. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, n. 35, p. 263-288, 2001 , disponível em <https://rigs.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18599/11973> , acessado em 07/09/2018.

MONDARDO, M.L. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da Cidade do Agronegócio. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.5, n.10, pp. 259-287, 2010.

PEREIRA, L.I. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**. Presidente Prudente: v. 22, n. 47, edição especial Dossiê MATOPIBA, 2019. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6284/4817>, acessado em 07/09/2018.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Outras Expressões, 2018.

REVISTA EXAME. **O sertão agora é assim**. Abril. Edição n. 0947, de 15/07/2009.

RIOS FILHO, J.N.V.; SANTOS FILHO, A.M. dos. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 9 n. 21, 2008. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1661>, acessado em 10-10-2019.

SANTOS, C.C.M. dos. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. **Revista IDEAS**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Edusp, 2002a.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo, Edusp, 2002b.

SANTOS, M. **Economia Espacial – Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

SOBRINHO, J. de S. O ataque da propriedade capitalista da terra às propriedades camponesas no Oeste da Bahia. In: **Anais do I Simpósio Regional de Geografia do Cerrado (UFBA)**. 2010, Barreiras.

SOBRINHO, J. de S. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeros do Vale do Arrojado no oeste baiano. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.), **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 5, n.10, pp. 92-122, 2010. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>, acessado em 18-07-2017.

Sobre o autor (Informações cedidas pelo autor)

Mateus de Almeida Prado Sampaio

Mestre (2010) e Doutor (2015) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, atualmente é Pós-doutorando em Geografia na FCT/UNESP (PNPB/CAPES).

Como citar esse artigo

SAMPAIO, M. de A. P. Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios. In: **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online) - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 8-32, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6985

Recebido em: 2019-11-21

Devolvido para correções: 2019-12-18

Aceito em: 2019-12-25